

## **MARCO REGULATÓRIO DO SUS**

Gilson Carvalho<sup>1</sup>

Nestes 20 anos de SUS uma, entre as muitas conquistas, para o povo brasileiro é a criação do MARCO REGULATÓRIO EM SAÚDE. Tudo começa na Constituição Federal onde foram lançados os fundamentos do Sistema Brasileiro de Saúde, incluindo o Sistema Público de Saúde (SUS) e o Sistema Privado de Saúde (Lucrativo e não lucrativo). Ao Estado foi dada a incumbência (dever) de garantir o direito à saúde de todos os cidadãos brasileiros por medidas extra-setoriais (econômicas e sociais) e medidas específicas executando ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.

O núcleo duro do Sistema de Saúde do Brasil está expresso da Constituição Federal, nas Emendas Constitucionais 29, 34 e 51 e nas Leis 8080, 8142, 8689. Nestes documentos estão os fundamentos, os objetivos, as diretrizes e princípios do SUS e a descrição do que sejam as ações e serviços de saúde.

Nestes 20 anos foram elaboradas e aprovadas quase duas centenas de leis que têm como tema principal ou acessório a saúde. Dentre estas algumas dezenas delas são de efeito transitório pois referentes ao orçamento anual e cada uma de suas alterações de créditos. No rol de leis abaixo estão excluídas estas referentes ao orçamento.

As Leis Federais, pontos fundamentais deste MARCO REGULATÓRIO DO SUS, estão resumidamente classificados na listagem abaixo.

### **1) NÚCLEO DURO DA LEGISLAÇÃO DA SAÚDE**

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM ESPECIAL OS ARTIGOS 194-200  
EMENDAS CONSTITUCIONAIS

EC-29 - 2000 - FINANCIAMENTO DA SAÚDE

EC- 34- 2001 - PERMITE ACUMULAÇÃO CARGOS PÚBLICOS  
DE SAÚDE PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE

EC-51 - ACS;

LEIS ORDINÁRIAS:

LEI 8080-1990 - BASES DO SUS

---

<sup>1</sup> Gilson Carvalho - Médico Pediatra e de Saúde Pública - carvalhogilson@uol.com.br - O autor adota a política do copyleft podendo este texto ser copiado e divulgado, independente de autorização e desde que sem fins comerciais.

LEI 8142 - 1990 - PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E FINANCIAMENTO  
LEI 8689 - EXTINÇÃO DO INAMPS - CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE AUDITORIA

## **2) LEIS SOBRE QUESTÕES ADMINISTRATIVAS:**

REORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO; FUNDO DE SAÚDE; CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE ÓRGÃOS: INAMPS, PIONEIRAS SOCIAIS, FACULDADES DE MEDICINA; TERMINOLOGIA HANSENÍASE; VEDAÇÃO RECURSOS PÚBLICOS PARA PRIVADOS; CRIAÇÃO DA ANVISA E DA ANS; FIOCRUZ E VENDA REMÉDIOS; CARREIRA DE SAÚDE; LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL; LEI DOS CONSÓRCIOS;

## **3) LEIS SOBRE QUESTÕES ORÇAMENTÁRIA-FINANCEIRAS**

CUSTEIO DA SEGURIDADE, CRÉDITOS ESPECIAIS, REMANEJAMENTO DE RECEITAS; CRIAÇÃO DA CPMF; FUNDO GDF;

## **4) LEIS TEMÁTICAS E PROGRAMÁTICAS**

MEDICAMENTOS HIV; PLANEJAMENTO FAMILIAR; INFECÇÃO HOSPITALAR; SAÚDE INDÍGENA; REMOÇÃO DE ÓRGÃOS; DOAÇÃO DE ÓRGÃOS; SANGUE; SAÚDE MENTAL; CRIAÇÃO DA HEMOBRÁS; PROGRAMA DE CÂNCER DO COLO ÚTERO E MAMA; SAÚDE DO IDOSO; ANTI DROGAS; VIOLÊNCIA; HEPATITE; CRIANÇA E ADOLESCENTE; ACOMPANHANTE NO PARTO; BRINQUEDOS NAS UNIDADES DE SAÚDE; MEDICAMENTOS VIA OMS; ACS; DIABETES; DOAÇÃO DE ÓRGÃOS; ASSISTÊNCIA DOMICILIAR; RENDA BÁSICA DE CIDADANIA; SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL; MAMOGRAFIA; SANEAMENTO; VINCULAÇÃO DE GESTANTE À MATERNIDADE; SOCIEDADES SEGURADORAS EM PLANOS PRIVADOS DE SAÚDE; ASSISTÊNCIA DOMICILIAR; RECOMENDAÇÃO USO CAMISINHA EM FILMES ERÓTICOS; TRÂNSITO;

## **5) LEIS REFERENTES A FORMAS DE GESTÃO:**

FILANTROPIA; ORGANIZAÇÕES SOCIAIS; ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO; PLANOS DE SAÚDE; VOLUNTARIADO EM SAÚDE.

## **6) LEIS SOBRE A VIGILÂNCIA SANITÁRIA:**

REGULAÇÃO DE AGROTÓXICOS; INSPEÇÃO ANIMAL; ALIMENTOS E BEBIDAS; IODAÇÃO DO SAL; ASBESTO-AMIANTO; LOCAÇÃO IMÓVEIS PÚBLICOS; IMPEDIMENTO REUTILIZAÇÃO DE SERINGAS; EMBALAGEM ALIMENTOS; ESTROGÊNIOS E ANABOLIZANTES; DEFESA SANITÁRIA ANIMAL; PRODUTOS COM GLÚTEN; ALIMENTOS INFANTIS; REGULAÇÃO PROPAGANDA FUMO, ALIMENTOS, BEBIDAS, AGROTÓXICOS; BROMATO NO PÃO;

## **7) LEIS DEDICANDO DIAS A TEMAS DE SAÚDE:**

OSTOMISADOS; DOAÇÃO ÓRGÃO; AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE; VOZ; GLAUCOMA; HIPERTENSÃO; ESCLEROSE MÚLTIPLA; PSORÍASE; ALZHEIMER; PREVENÇÃO DA OBESIDADE; CONTROLE DO CÂNCER INFANTIL; CONTROLE INFECÇÕES HOSPITALARES; CONTROLE DA TALIDOMIDA.

**ANEXO:**

## **EMENTAS DAS LEIS DE SAÚDE ENTRE 1989 E 2008 EXTRAÍDAS DO SITE [WWW.SENADO.GOV.BR](http://WWW.SENADO.GOV.BR)**

### **1989**

LEI 7802 de 11/07/1989 -

DISPÕE SOBRE A PESQUISA, A EXPERIMENTAÇÃO, A PRODUÇÃO, A EMBALAGEM E ROTULAGEM, O TRANSPORTE, O ARMAZENAMENTO, A COMERCIALIZAÇÃO, A PROPAGANDA COMERCIAL, A UTILIZAÇÃO, A IMPORTAÇÃO, A EXPORTAÇÃO, O DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS E EMBALAGENS, O REGISTRO, A CLASSIFICAÇÃO, O CONTROLE, A INSPEÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS, SEUS COMPONENTES E AFINS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

LEI 7889 de 23/11/1989 -

DISPÕE SOBRE A INSPEÇÃO SANITÁRIA E INDUSTRIAL DOS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 7967 de 22/12/1989 -

DISPÕE SOBRE O VALOR DAS MULTAS POR INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA, ALTERA A LEI 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

### **1990**

LEI 8029 de 12/04/1990 -  
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO E DISSOLUÇÃO DE ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 8080 de 19/09/1990 -  
DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE, A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS CORRESPONDENTES E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 8099 de 05/12/1990 -  
INCLUI ENTRE AS COMPETÊNCIAS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS E ATIVIDADES DO GOVERNO FEDERAL NA ÁREA DO TRABALHO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 8142 de 28/12/1990 -  
DISPÕE SOBRE A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS E SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS DE RECURSOS FINANCEIROS NA ÁREA DA SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## **1991**

LEI 8212 de 24/07/1991 -  
DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL, INSTITUI PLANO DE CUSTEIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 8246 de 22/10/1991 -  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR O SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS' E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## **1992**

LEI 8444 de 20/07/1992 -  
ALTERA OS ARTIGOS 30 E 58 DA LEI 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL E INSTITUI PLANO DE CUSTEIO, E O ARTIGO 41 DA LEI 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE OS PLANOS DE BENEFÍCIOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

## **1993**

LEI 8619 de 05/01/1993 -  
ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS 8.212 E 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

LEI 8620 de 05/01/1993 -  
ALTERA AS LEIS 8.212 E 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 8696 de 26/08/1993 -  
DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DE MULTA PELA ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO DE TRIBUTOS LANÇADOS, E DA NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 30 DA LEI 8.177, DE 1 DE MARÇO DE 1991.

LEI 8712 de 28/09/1993 -  
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 8.447, DE 21 DE JULHO DE 1992, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

## **1994**

LEI 8853 de 04/02/1994 -  
ATRIBUI COMPETÊNCIA AO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE PARA PRATICAR ATOS AD REFERENDUM DA JUNTA DELIBERATIVA DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE .

LEI 8918 de 14/07/1994 -  
DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO, A CLASSIFICAÇÃO, O REGISTRO, A INSPEÇÃO, A PRODUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE BEBIDAS, AUTORIZA A CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL DE BEBIDAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 8936 de 24/11/1994 -  
ALTERA DISPOSITIVOS DOS ARTIGOS 9 E 10 DA LEI 8.918, DE 14 DE JULHO DE 1994.

## **1995**

LEI 9005 de 16/03/1995 -  
ALTERA DISPOSIÇÕES DAS LEIS 6.150, DE 03 DE DEZEMBRO DE 1974, E 6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977, QUE DISPÕEM SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA IODAÇÃO DO SAL DESTINADO AO CONSUMO HUMANO, SEU CONTROLE PELOS ÓRGÃOS SANITÁRIOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9010 de 29/03/1995 -  
DISPÕE SOBRE A TERMINOLOGIA OFICIAL RELATIVA A HANSENÍASE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9023 de 05/04/1995 -  
VEDA A DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS AS INSTITUIÇÕES QUE ESPECIFICA.

LEI 9050 de 18/05/1995 -  
INVERTE EM MEMORIAL DA MEDICINA BRASILEIRA O MEMORIAL DA MEDICINA, INSTALADO NO PRÉDIO DA ANTIGA FACULDADE DE MEDICINA DO TERREIRO DE JESUS, NA CIDADE DE SALVADOR, BAHIA.

LEI 9055 de 01/06/1995 -  
DISCIPLINA A EXTRAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO, UTILIZAÇÃO, COMERCIALIZAÇÃO E TRANSPORTE DO ASBESTO/AMIANTO E DOS PRODUTOS QUE O CONTENHAM, BEM COMO DAS FIBRAS NATURAIS E ARTIFICIAIS, DE QUALQUER ORIGEM, UTILIZADAS PARA O MESMO FIM E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

## **1996**

LEI 9256 de 09/01/1996 -  
ALTERA O CAPUT DO ARTIGO 53 E O PARÁGRAFO DO ARTIGO 63 DA LEI 8.245, DE 18 DE OUTUBRO DE 1991, QUE DISPÕE SOBRE AS LOCAÇÕES DOS IMÓVEIS URBANOS E OS PROCEDIMENTOS A ELAS PERTINENTES.

LEI 9273 de 03/05/1996 -  
TORNA OBRIGATÓRIA A INCLUSÃO DE DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE IMPEÇA A REUTILIZAÇÃO DAS SERINGAS DESCARTÁVEIS.

LEI 9263 de 12/01/1996 - - APELIDO LEI DO PLANEJAMENTO FAMILIAR  
REGULA O PARÁGRAFO 7 DO ARTIGO 226 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE TRATA DO PLANEJAMENTO FAMILIAR, ESTABELECE PENALIDADES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9311 de 24/10/1996 -  
INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PROVISÓRIA SOBRE MOVIMENTAÇÃO OU TRANSMISSÃO DE VALORES E DE CRÉDITOS E DIREITOS DE NATUREZA FINANCEIRA - CPMF, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9313 de 13/11/1996 -  
DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS AOS PORTADORES DO HIV E DOENTES DE AIDS.

## **1997**

LEI 9431 de 06/01/1997 -  
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA MANUTENÇÃO DE PROGRAMA DE CONTROLE DE INFECÇÕES HOSPITALARES PELOS HOSPITAIS DO PAIS.

LEI 9434 de 04/02/1997 -  
Apelido LEI DA RETIRADA COMPULSÓRIA DE ÓRGÃOS  
DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE ÓRGÃOS, TECIDOS E PARTES DO CORPO HUMANO PARA FINS DE TRANSPLANTE E TRATAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

LEI 9436 de 05/02/1997 -  
DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO DE MEDICO, MEDICO DE SAÚDE PUBLICA, MEDICO DO TRABALHO E MEDICO VETERINÁRIO, DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FEDERAL DIRETA, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PUBLICAS FEDERAIS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9484 de 27/08/1997 -  
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE MANAUS, UNIDADE ORGANIZACIONAL DESCENTRALIZADA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, PARA A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9528 de 10/12/1997 -  
ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS 8.212 E 8.213, AMBAS DE 24 DE JULHO DE 1991, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9532 de 10/12/1997 -  
ALTERA A LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA FEDERAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

## 1998

LEI 9602 de 21/01/1998 -  
DISPÕE SOBRE LEGISLAÇÃO DE TRANSITO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9637 de 15/05/1998 -  
DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE ENTIDADES COMO ORGANIZAÇÕES SOCIAIS,  
A CRIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PUBLICIZAÇÃO, A EXTINÇÃO DOS  
ORGÃOS E ENTIDADES QUE MENCIONA E A ABSORÇÃO DE SUAS ATIVIDADES POR  
ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

LEI 9649 de 27/05/1998 -  
DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA E DOS  
MINISTÉRIOS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9656 de 03/06/1998 - *Apelido* LEI DOS PLANOS DE SAÚDE  
DISPÕE SOBRE OS PLANOS E SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE.

LEI 9677 de 02/07/1998 -  
ALTERA DISPOSITIVOS DO CAPITULO III DO TITULO VIII DO CÓDIGO PENAL,  
INCLUINDO NA CLASSIFICAÇÃO DOS DELITOS CONSIDERADOS HEDIONDOS  
CRIMES CONTRA A SAÚDE PUBLICA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9695 de 20/08/1998 -  
ACRESCENTA INCISOS AO ARTIGO 1 DA LEI 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990, QUE  
DISPÕE SOBRE OS CRIMES HEDIONDOS, E ALTERA OS ARTIGOS, 2, 5, E 10 DA LEI  
6.437, DE 20 DE AGOSTO DE 1977, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9732 de 11/12/1998 - - *APELIDO* - INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA  
ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS 8.212 E 8.213, AMBAS DE 24 DE JULHO DE 1991,  
DA LEI 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9777 de 29/12/1998 -  
ALTERA OS ARTIGOS 132, 203 E 207 DO DECRETO-LEI 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE  
1940 - CÓDIGO PENAL.

## 1999

LEI 9782 de 26/01/1999 -  
DEFINE O SISTEMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CRIA A AGENCIA  
NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9790 de 23/03/1999 -  
DISPÕE SOBRE A QUALIFICAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO,  
SEM FINS LUCRATIVOS, COMO ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DE  
INTERESSE PUBLICO, INSTITUI E DISCIPLINA O TERMO DE PARCERIA, E DA  
OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9797 de 06/05/1999 -  
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA CIRURGIA PLÁSTICA REPARADORA DA MAMA PELA REDE DE UNIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -  
LEGISLATIVO

LEI 9832 de 14/09/1999 -  
PROÍBE O USO INDUSTRIAL DE EMBALAGENS METÁLICAS SOLDADAS COM LIGA DE CHUMBO E ESTANHO PARA ACONDICIONAMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS,  
EXCETO PARA PRODUTOS SECOS OU DESIDRATADOS.

LEI 9836 de 23/09/1999 -  
ACRESCENTA DISPOSITIVOS A LEI 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, QUE  
"DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE , A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS CORRESPONDENTES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS", INSTITUINDO O SUBSISTEMA DE ATENÇÃO A SAÚDE INDÍGENA.

## **2000**

LEI 9961 de 28/01/2000 -  
CRIA A AGENCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 9965 de 27/04/2000 -  
RESTRINGE A VENDA DE ESTERÓIDES OU PEPTÍDEOS ANABOLIZANTES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 10029 de 20/10/2000 -  
ESTABELECE NORMAS GERAIS PARA A PRESTAÇÃO VOLUNTARIA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DE SERVIÇOS AUXILIARES DE SAÚDE E DE DEFESA CIVIL NAS POLICIAS MILITARES E NOS CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

## **2001**

LEI 10185 de 12/02/2001 -  
DISPÕE SOBRE A ESPECIALIZAÇÃO DAS SOCIEDADES SEGURADORAS EM PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 10191 de 14/02/2001 -  
DISPÕE SOBRE A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE .

LEI 10205 de 21/03/2001 -  
REGULAMENTA O PARÁGRAFO 4 DO ARTIGO 199 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, RELATIVO A COLETA, PROCESSAMENTO, ESTOCAGEM, DISTRIBUIÇÃO E APLICAÇÃO DO SANGUE, SEUS COMPONENTES E DERIVADOS, ESTABELECE O ORDENAMENTO INSTITUCIONAL INDISPENSÁVEL A EXECUÇÃO ADEQUADA DESSAS ATIVIDADES, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS



LEI 10211 de 23/03/2001 -

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997, QUE DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE ÓRGÃOS, TECIDOS E PARTES DO CORPO HUMANO PARA FINS DE TRANSPLANTE E TRATAMENTO.

LEI 10216 de 06/04/2001 -

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO E OS DIREITOS DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNOS MENTAIS E REDIRECIONA O MODELO ASSISTENCIAL EM SAÚDE MENTAL.

LEI 10223 de 15/05/2001 -

ALTERA A LEI 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998, PARA DISPOR SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE CIRURGIA PLÁSTICA REPARADORA DE MAMA POR PLANOS E SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE NOS CASOS DE MUTILAÇÃO DECORRENTE DE TRATAMENTO DE CÂNCER.

LEI 10225 de 15/05/2001 -

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE EMPREGOS PÚBLICOS NO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - HFA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 10237 de 11/06/2001 -

DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO, NAS FITAS DE VÍDEO GRAVADAS QUE ESPECIFICA, DESTINADAS A VENDA OU ALUGUEL NO PAÍS, DA SEGUINTE MENSAGEM: "FAÇA SEXO SEGURO. USE CAMISINHA".

LEI 10273 de 05/09/2001 -

DISPÕE SOBRE O USO DO BROMATO DE POTÁSSIO NA FARINHA E NOS PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO.

LEI 10289 de 20/09/2001 -

INSTITUI O PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DO CÂNCER DE PRÓSTATA.

LEI 10332 de 19/12/2001 -

INSTITUI MECANISMO DE FINANCIAMENTO PARA O PROGRAMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O AGRONEGÓCIO, PARA O PROGRAMA DE FOMENTO A PESQUISA EM SAÚDE, PARA O PROGRAMA DE BIOTECNOLOGIA E RECURSOS GENÉTICOS - GENOMA, PARA O PROGRAMA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O SETOR AERONÁUTICO E PARA O PROGRAMA DE INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

## **2002**

LEI 10409 de 11/01/2002 -

Apelido LEI ANTIDROGAS

DISPÕE SOBRE A PREVENÇÃO, O TRATAMENTO, A FISCALIZAÇÃO, O CONTROLE E A REPRESSÃO A PRODUÇÃO, AO USO E AO TRAFICO ILÍCITOS DE PRODUTOS, SUBSTANCIAS, OU DROGAS ILÍCITAS QUE CAUSEM DEPENDÊNCIA FÍSICA OU PSÍQUICA, ASSIM ELENCADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 10424 de 15/04/2002 -

ACRESCENTA CAPITULO E ARTIGO A LEI 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, QUE DISPÕE SOBRE AS CONDIÇÕES PARA A PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE , A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTES E DA OUTRAS PROVIDENCIAS, REGULAMENTANDO A ASSISTÊNCIA DOMICILIAR NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE .

LEI 10439 de 30/04/2002 -  
INSTITUI O DIA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE A HIPERTENSÃO ARTERIAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 10449 de 09/05/2002 -  
DISPÕE SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DE PRESERVATIVOS MASCULINOS DE LÁTEX DE BORRACHA.

LEI 10456 de 13/05/2002 -  
INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE AO GLAUCOMA.

LEI 10465 de 27/05/2002 -  
INSTITUI O DIA 25 DE OUTUBRO COMO "DIA NACIONAL DA SAÚDE BUCAL".

LEI 10507 de 10/07/2002 -  
CRIA A PROFISSÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

LEI 10516 de 11/07/2002 -  
INSTITUI A CARTEIRA NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER.

LEI 10519 de 17/07/2002 -  
DISPÕE SOBRE A PROMOÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DA DEFESA SANITÁRIO ANIMAL QUANDO DA REALIZAÇÃO DE RODEIO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 10633 de 27/12/2002 -  
INSTITUI O FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL - FCDF, PARA ATENDER O DISPOSTO NO INCISO XIV DO ARTIGO 21 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

## **2003**

LEI 10651 de 16/04/2003 -  
DISPÕE SOBRE O CONTROLE DO USO DA TALIDOMIDA.

LEI 10669 de 14/05/2003 -  
ALTERA A LEI 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976, QUE DISPÕE SOBRE A VIGILÂNCIA SANITÁRIA A QUE FICAM SUJEITOS OS MEDICAMENTOS, AS DROGAS, OS INSUMOS FARMACÊUTICOS E CORRELATOS, COSMÉTICOS, SANEANTES E

LEI 10674 de 16/05/2003 -  
OBRIGA A QUE OS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS COMERCIALIZADOS INFORMEM SOBRE A PRESENÇA DE GLÚTEN, COMO MEDIDA PREVENTIVA E DE CONTROLE DA DOENÇA CELÍACA.

LEI 10702 de 14/07/2003 -

ALTERA A LEI 9.294, DE 15 DE JULHO DE 1996, QUE DISPÕE SOBRE AS RESTRIÇÕES AO USO E A PROPAGANDA DE PRODUTOS FUMÍGEROS, BEBIDAS ALCOÓLICAS, MEDICAMENTOS, TERAPIAS E DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO 4 DO ARTIGO 220 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

LEI 10708 de 31/07/2003 -

INSTITUI O AUXÍLIO REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL PARA PACIENTES DE SAÚDE MENTAL

LEI 10741 de 01/10/2003 - [Apelido](#) ESTATUTO DO IDOSO

DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DO IDOSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## **2004**

LEI 10835 de 08/01/2004 -

INSTITUI A RENDA BÁSICA DE CIDADANIA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 10850 de 25/03/2004 -

ATRIBUI COMPETÊNCIAS A AGENCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS E FIXA AS DIRETRIZES A SEREM OBSERVADAS NA DEFINIÇÃO DE NORMAS PARA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS DE INCENTIVO A ADAPTAÇÃO DE CONTRATOS ANTERIORES A LEI 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

LEI 10858 de 13/04/2004 -

AUTORIZA A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ A DISPONIBILIZAR MEDICAMENTOS, MEDIANTE RESSARCIMENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 10972 de 02/12/2004 -

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A EMPRESA PÚBLICA DENOMINADA EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

## **2005**

LEI 11104 de 21/03/2005 -

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE BRINQUEDOTECAS NAS UNIDADES DE SAÚDE QUE OFEREÇAM ATENDIMENTO PEDIÁTRICO EM REGIME DE INTERNAÇÃO.

LEI 11108 de 07/04/2005 -

ALTERA A LEI 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990, PARA GARANTIR AS PARTURIENTES O DIREITO A PRESENÇA DE ACOMPANHANTE DURANTE O TRABALHO DE PARTO, PARTO E PÓS-PARTO IMEDIATO, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.

LEI 11123 de 07/06/2005 -

cria, na carreira da seguridade social e do trabalho, para lotação no Ministério da Saúde, os cargos que menciona; institui a gratificação de incentivo a prestação de assistência integral a saúde - GIPAS; altera o parágrafo 1 do artigo 6 da lei 8.745, de 9 de dezembro de 1993; revoga o artigo 17 da lei 10.483, de 3 de julho de 2002, e da outras providências.

LEI 11129 de 30/06/2005 -  
institui o programa nacional de inclusão de jovens - PROJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as leis 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e da outras providências

LEI 11185 de 07/10/2005 -  
altera o caput do artigo 11 da lei 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e da outras providências.

LEI 11204 de 05/12/2005 -  
altera a lei 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da presidência da República e dos ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no artigo 23 da lei 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o artigo 4 da lei 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a lei 11.182, de 27 de setembro de 2005; e da outras providências.

LEI 11255 de 27/12/2005 -  
define as diretrizes da política de preservação e atenção integral a saúde da pessoa portadora de hepatite, em todas as suas formas, no âmbito do sistema único de saúde - SUS, e da outras providências.

## **2006**

LEI 11265 de 03/01/2006 -  
regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos.

LEI 11303 de 11/05/2006 -  
institui o dia nacional de conscientização sobre a esclerose múltipla

LEI 11319 de 06/07/2006 -  
altera dispositivos da lei 10.479, de 28 de junho de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos integrantes das carreiras de diplomata, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria; altera os valores dos salários dos empregos públicos criados pela lei 10.225, de 15 de maio de 2001, no quadro de pessoal do hospital das forças armadas; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de juiz-presidente e juiz do tribunal marítimo; e da outras providências.

11344 de 08/09/2006 -

DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, DE MAGISTÉRIO DE ENSINO SUPERIOR E DE MAGISTÉRIO DE 1 E 2 GRAUS E DA REMUNERAÇÃO DESSAS CARREIRAS, DAS CARREIRAS DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DA CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO E DOS CARGOS DA ÁREA DE APOIO A FISCALIZAÇÃO FEDERAL AGROPECUÁRIA; ESTENDE A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICA DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA - GDATA AOS CARGOS DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO E DE AUXILIAR DE LABORATÓRIO DO QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO; CRIA A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE EXECUÇÃO E APOIO TÉCNICO A AUDITORIA NO DEPARTAMENTO NACIONAL DE AUDITORIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - GDA-SUS; E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 11346 de 15/09/2006 -

CRIA O SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - SISAN COM VISTAS EM ASSEGURAR O DIREITO HUMANO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 11347 de 27/09/2006 -

DISPÕE SOBRE A DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE MEDICAMENTOS E MATÉRIAS NECESSÁRIOS A SUA APLICAÇÃO E A MONITORAÇÃO DA GLICEMIA CAPILAR AOS PORTADORES DE DIABETES INSCRITOS EM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PARA DIABÉTICOS.

LEI 11350 de 05/10/2006 -

REGULAMENTA O PARÁGRAFO 5 DO ARTIGO 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DISPÕE SOBRE O APROVEITAMENTO DE PESSOAL AMPARADO PELO PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2 DA EMENDA CONSTITUCIONAL 51, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2006, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 11355 de 19/10/2006 -

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO, DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, PRODUÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA DA FIOCRUZ, DO PLANO DE CARREIRA E CARGOS DO INMETRO, DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO IBGE E DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DO INPI; O ENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES ORIGINÁRIOS DAS EXTINTAS TABELAS DE ESPECIALISTAS NO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS, DE QUE TRATA A LEI 5.645, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1970, E NO PLANO ÚNICO DE CLASSIFICAÇÃO E RETRIBUIÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS, DE QUE TRATA A LEI 7.596, DE 10 DE ABRIL DE 1987; A CRIAÇÃO DO PLANO DE CARREIRAS DOS CARGOS DE TECNOLOGIA MILITAR, E REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DE TECNOLOGIA MILITAR, DE QUE TRATA A LEI 9.657, DE 3 DE JUNHO DE 1998; A CRIAÇÃO DA CARREIRA DE SUPORTE TÉCNICO A TECNOLOGIA MILITAR; A EXTINÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE TECNOLOGIA MILITAR - GDATA; E A CRIAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL EM TECNOLOGIA MILITAR - GDATEM; A ALTERAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE CONTROLE E SEGURANÇA DE TRAFEGO AÉREO - GDASA, DE QUE TRATA A LEI 10.551, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002; A ALTERAÇÃO DOS SALÁRIOS

DOS EMPREGOS PÚBLICOS DO HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS - HFA, DE QUE TRATA A LEI 10.225, DE 15 DE MAIO DE 2001; A CRIAÇÃO DE CARGOS NA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO DA UNIÃO, A CRIAÇÃO DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INSS-FCINSS; O AUXÍLIO-MORADIA PARA OS SERVIDORES DE ESTADOS E MUNICÍPIOS PARA A UNIÃO, A EXTINÇÃO E CRIAÇÃO DE CARGOS EM COMISSÃO; E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 11373 de 30/11/2006 -  
INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE A PSORÍASE.

## 2007

LEI 11445 de 05/01/2007 - *Apelido* - LEI DO SANEAMENTO ESTABELECE DIRETRIZES NACIONAIS PARA O SANEAMENTO BÁSICO; ALTERA AS LEIS 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979, 8.036, DE 11 DE MAIO DE 1990, 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995; REVOGA A LEI 6.528, DE 11 DE MAIO DE 1978; E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 11474 de 15/05/2007 -  
ALTERA A LEI 10.188, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001, QUE CRIA O PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL, INSTITUI O ARRENDAMENTO RESIDENCIAL COM OPÇÃO DE COMPRA, E A LEI 11.265, DE 3 DE JANEIRO DE 2006, QUE REGULAMENTA A COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS PARA LACTANTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA E TAMBÉM A DE PRODUTOS DE PUERICULTURA CORRELATOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 11490 de 20/06/2007 -  
ALTERA AS LEIS 9.657, DE 3 DE JUNHO DE 1998, 10.480 DE 2 DE JULHO DE 2002, 11.314, DE 3 DE JULHO DE 2006, 11.344, DE 8 DE SETEMBRO DE 2006, 11.355, 11.356, 11.357 E 11.358, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006, 8.025, DE 12 DE ABRIL DE 1990, E 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, 11.457, DE 16 DE MARÇO DE 2007, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI 11506 de 19/07/2007 -  
INSTITUI A DATA DE 16 DE NOVEMBRO COMO O DIA NACIONAL DOS OSTOMIZADOS.

LEI 11515 de 28/08/2007 -  
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 569, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1948, QUE ESTABELECE MEDIDAS DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

LEI 11521 de 18/09/2007 -  
ALTERA A LEI 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997, PARA PERMITIR A RETIRADA PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DE ÓRGÃOS E TECIDOS DE DOADORES QUE SE ENCONTREM EM INSTITUIÇÕES HOSPITALARES NÃO AUTORIZADAS A REALIZAR TRANSPLANTES.

LEI 11520 de 18/09/2007 -  
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PENSÃO AS PESSOAS ATINGIDAS PELA HANSENÍASE QUE FORAM SUBMETIDAS A ISOLAMENTO E INTERNAÇÃO COMPULSÓRIOS.

LEI 11538 de 08/11/2007 -  
REABRE O PRAZO DE OPÇÃO PARA INTEGRAR A CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO, DE QUE TRATA O PARÁGRAFO 1 DO ARTIGO 2 DA LEI 11.355, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006, E ALTERA O ANEXO II DA LEI 11.358, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006, DE MODO A AUMENTAR O SUBSIDIO DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL.

LEI 11584 de 28/11/2007 -  
INSTITUI O DIA NACIONAL DA DOAÇÃO DE ÓRGÃOS.

LEI 11585 de 28/11/2007 -  
INSTITUI O DIA 4 DE OUTUBRO COMO O DIA NACIONAL DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

LEI 11605 de 05/12/2007 -  
INSTITUI O DIA NACIONAL DO TESTE DO PEZINHO A SER COMEMORADO NO DIA 6 DE JULHO DE CADA ANO.

LEI 11633 de 27/12/2007 -  
ALTERA A LEI 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997.

LEI 11634 de 27/12/2007 -  
DISPÕE SOBRE O DIREITO DA GESTANTE AO CONHECIMENTO E A VINCULAÇÃO A MATERNIDADE ONDE RECEBERA ASSISTÊNCIA NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

## **2008**

LEI 11650 de 04/04/2008 -  
INSTITUI O DIA NACIONAL DE COMBATE AO CÂNCER INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

LEI 11664 de 29/04/2008 -  
DISPÕE SOBRE A EFETIVAÇÃO DE AÇÕES DE SAÚDE QUE ASSEGUREM A PREVENÇÃO, A DETECÇÃO, O TRATAMENTO E O SEGUIMENTO DOS CÂNCERES DO COLO UTERINO E DE MAMA, NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS.

LEI 11695 de 12/06/2008 -  
INSTITUI O DIA NACIONAL DA MAMOGRAFIA.

LEI 11704 de 18/06/2008 -  
INSTITUI O DIA NACIONAL DA VOZ.

LEI 11721 de 23/06/2008 -  
INSTITUI O DIA NACIONAL DE PREVENÇÃO DA OBESIDADE.

LEI 11723 de 23/06/2008 -  
INSTITUI O DIA NACIONAL DO CONTROLE DAS INFECÇÕES HOSPITALARES.

LEI 11736 de 10/07/2008 -

Gilson Carvalho

INSTITUI O DIA NACIONAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DA DOENÇA DE ALZHEIMER